



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

11/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Salário mínimo estadual de R\$ 1.550 em SP é aprovado

Os deputados da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) aprovaram na noite desta quarta-feira (10) o projeto de lei que fixa o salário mínimo no estado em R\$ 1.550.

De acordo com Projeto de Lei 704/2023, será retirada a diferença entre duas faixas de trabalhadores, que hoje recebem R\$ 1.284 e R\$ 1.306, e será fixado o mesmo valor salarial de R\$ 1.550. A menor faixa salarial terá reajuste de 20,7% e a maior, 18,7%.

Segundo a Alesp, diversas categorias profissionais que não possuem pisos salariais definidos em lei federal ou convenções coletivas passam a ter o direito a receber o valor reajustado.

"Com a votação desse projeto, será encaminhado, já na quinta, para a sanção do governador e para que comece a vigorar a partir do mês de junho. É uma vitória grande dessa Casa", disse o presidente da assembleia, André do Prado (PL).

Além disso, os parlamentares incluíram a categoria dos cuidadores de idosos no rol dos trabalhadores beneficiados pela medida.

A proposta tramitou em regime de urgência, sendo votada pelos deputados nesta quarta-feira. Formalizada a lei, o novo mínimo paulista passa a vigorar um mês após a sua publicação no Diário Oficial de São Paulo.

Segundo o governador, o Executivo estadual levou em consideração a questão da nossa capacidade fiscal, de bancar o aumento e também a empregabilidade.

"Chegamos nesse primeiro reajuste, que é um reajuste de 20,7% para aquelas pessoas que estavam na faixa mais baixa, e 18,7% para aquelas pessoas que estavam na faixa mais alta. Observe que aqui a gente tinha duas faixas de salário mínimo, e a gente vai unificar essas duas faixas, vamos ter uma faixa única", disse Freitas, no momento da entrega.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 11 de maio.

Hoje é um dia D para entregar seu Imposto de Renda. Entenda por quê

Esta quarta-feira (10) é um dia importante para quem é obrigado a declarar o Imposto de Renda 2023. Para quem restitui, fazer a declaração até as 23h59 é a última chance de tentar entrar no primeiro lote de restituição, liberado no dia 31 de maio.

Para quem paga imposto, é o último dia para optar pelo débito automático desde a primeira cota do parcelamento ou no pagamento do valor total à vista.

Quem entrega a partir desta quinta (11) só receberá a restituição a partir do segundo lote e terá de aguardar, pelo menos, até 30 junho para receber o valor, mesmo que faça parte da lista de prioridade.

Para entrar no primeiro lote, porém, não basta declarar até o final do dia. É preciso fazer parte da lista de prioridade e não cair na malha fina.

Já a opção pelo débito automático apenas poderá ser feita a partir da segunda parcela para quem entregar a partir de quinta. No caso do pagamento à vista, ele será possível somente com a emissão de um Darf (Documentos de Arrecadação de Receitas Federais).

O primeiro lote de restituição deve ser formado por contribuintes que estão na ordem de prioridade e não caíram na malha fina. Em 2023, essa relação tem a inclusão de quem utilizou a declaração pré-preenchida ou optou pela restituição por Pix.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 11 de maio.

Reforma sindical quer fortalecer a negociação coletiva – Clemente Ganz Lúcio

A proposta de reforma sindical que está sendo elaborada em conjunto por representantes de dez centrais sindicais e do governo prevê maior poder de decisão da negociação coletiva, confirmação da unicidade sindical (representação com base mínima por município) e a criação de um Conselho de Relações de Trabalho para regulação do sistema, formado por trabalhadores e empregadores.

“São três diretrizes [no projeto]: fortalecer a negociação coletiva, criar efetiva capacidade dos sindicatos de se posicionarem bem nesse processo de negociação e para estruturação sindical, e dar autonomia para que trabalhadores e empresas possam desenhar seu processo de organização do trabalho”, afirma o sociólogo Clemente Ganz, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais. Ele integra o grupo que está preparando o documento que, uma vez debatido com sindicatos e empresários, será encaminhado pelo Executivo ao Congresso, na forma de um projeto de lei.

De maneira complementar, diz Clemente, o projeto pretende promover direito equivalente para os servidores do setor público. Ou seja, a lei deverá reconhecer o direito dos trabalhadores estatutários – regidos pelo Estatuto do Servidor Público – à negociação coletiva.

A intenção é colocar as propostas em debate “imediatamente”, diz o sociólogo. Ele ressalta “o compromisso firmado pelo presidente Lula com as centrais, de enviar ao Congresso mudanças na organização sindical e no sistema de negociação coletiva, buscando justamente dar capacidade de atuação frente às mudanças no mundo do trabalho, e dar à negociação coletiva capacidade de rever muitas das regras da reforma trabalhista de 2017”.

A reforma feita no governo Temer acabou com o imposto sindical, extinguindo sem alternativa a fonte de financiamento sindical, provocou a fragilização dos sindicatos e cortou direitos. Mas deu grande poder regulatório à negociação coletiva. “Então vamos tratar de regular as situações de trabalho pela negociação coletiva”, afirma Clemente.

Outra mudança necessária, na opinião do sociólogo, visa melhorar a vida dos trabalhadores sem vínculos formais, atualmente sem nenhuma proteção sindical, e com baixa cobertura trabalhista ou previdenciária. “As centrais sindicais, organizadas nacionalmente e setorialmente, fariam também a incidência na representação dessa massa de trabalhadores que não são assalariados clássicos, nem servidores: trabalhador autônomo, doméstico, cooperado, PJ, entre outros.”

Segundo o coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, essa população em condições extremas de precariedade é praticamente metade da força de trabalho do país. “São cerca de 50 a 55 milhões protegidos pelo sistema sindical clássico, e outros 50 a 55 milhões sem proteção, dos quais 20 a 24 milhões por conta própria; 6 a 7 milhões no serviço doméstico, e os demais, cooperados, “pejotizados”, e uma massa terceirizada que vive no limbo, de subcontratados. Temos mais ou menos a metade protegida por um sistema sindical fragilizado, e outra metade com quase absoluta desproteção sindical, baixíssima proteção previdenciária e trabalhista.”

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 11 de maio.

Para Lira, principal tarefa do Congresso hoje é evitar retrocessos

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta terça-feira (9), ao participar de evento em Nova York realizado pelo grupo Lide de lideranças empresariais, que a principal tarefa do Congresso Nacional hoje é evitar retrocessos em temas analisados recentemente pelo Poder Legislativo.

“A principal reforma pela qual o Congresso terá que brigar diariamente é a de não deixar retroceder em tudo o que já foi aprovado no Brasil no sentido do que o que é mais liberal”, afirmou Arthur Lira, sob os aplausos da plateia.

Na visão do presidente da Câmara, a relação com o governo Luiz Inácio Lula da Silva ainda está no começo e em fase de ajustes, já que o eleitorado ponderou, nas últimas eleições, entre um Poder Legislativo “majoritariamente liberal e conservador”, mas elegeu um chefe do Poder Executivo “mais progressista”.

Arthur Lira alertou para os riscos de polarização excessiva neste atual cenário. “O desafio é fazer com que a tramitação do Novo Arcabouço Fiscal e da reforma tributária fiquem à margem da polarização, à margem das discussões políticas, porque esses são temas nacionais e precisarão do esforço de todos”, disse.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 11 de maio.